

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES BENEFICIADOS DA UFRPE

Juliana Cavalcanti Macedo (UFPE/julianacmacedo@gmail.com)

Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches (Fundaj/anafpsa@gmail.com)

Edson Francisco de Andrade (UFPE/edsonfranciscocodeandrade@gmail.com)

INTRODUÇÃO

Com a crescente demanda evidenciada nos últimos anos, o acesso ao nível superior de ensino foi sendo estimulado via distintas estratégias, tais como, ampliação e diversificação de vagas ofertadas, esforços para garantir a permanência dos estudantes e investimentos na qualidade do ensino. Mesmo com tais estratégias, na opinião de Mota (2008), a ampliação do acesso ao ensino superior, público ou privado, só adquire sentido quando vislumbrada como um conjunto de projetos que articulam educação básica, pós-graduação, ampliação de acesso e permanência, reestruturação acadêmica, recuperação orçamentária, avaliação e regulação.

Dessa forma, com o considerável aumento nas vagas das universidades públicas e no acesso ao ensino superior por parte da população historicamente excluída de toda uma dinâmica educacional, surge o reconhecimento de que tão somente o ingresso na universidade pública não é capaz de garantir a permanência dos estudantes menos favorecidos nas instituições de ensino superior (IES) do país (SGUISSARDI, 2000).

Como consequência da expansão do acesso e na tentativa de reduzir a desigualdade presente nas IES públicas, foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), pela Portaria Normativa do Ministério da Educação (MEC) nº39/2007, e regulamentado pelo Decreto nº7.234/2010. Esse programa estabelece as diretrizes para as ações de assistência estudantil direcionadas aos alunos em vulnerabilidade socioeconômica.

A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) criou por meio da Resolução nº 185/2006 do Conselho Universitário, a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão (Progesti). A Progesti apresenta como missão o desenvolvimento do incentivo, apoio, orientação e acompanhamento dos estudantes beneficiados.

Assim, o presente artigo apresenta resultados de uma pesquisa que teve por objetivo analisar a política de assistência estudantil da UFRPE Sede (Campus Dois Irmãos) a partir da percepção dos estudantes beneficiados.

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A assistência estudantil caracteriza-se como uma política regulamentada recentemente, e pode ser entendida como

um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida (FONAPRACE, 2012).

O ensino superior público vem atendendo a uma parcela significativa da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica com dificuldades de se manter na universidade. Dessa forma, percebeu-se a necessidade de elaboração de programas de apoio ao estudante e após essas constatações, criou-se o PNAES que tem como intuito oferecer subsídios para que aqueles alunos com baixa renda consigam manter-se nos seus cursos de graduação. Tal medida visa diminuir a desigualdade social e possibilitar a democratização do acesso e da permanência dos estudantes no ensino superior federal. Segundo o Programa, isso será feito por meio de auxílio à moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital e atividades de cultura, esportes, creche e apoio pedagógico.

METODOLOGIA

A investigação se baseou no método quanti-quali. A pesquisa foi realizada por meio de questionário enviado por e-mail e direcionado aos 364 estudantes que possuíam cadastro com e-mail atualizado no banco de dados da Progesti/UFRPE. O questionário foi composto por 24 (vinte e quatro) questões fechadas e 1 (uma) aberta, que possibilitou a compreensão de dados relevantes para esta pesquisa. Obteve-se um total de 82 questionários respondidos.

RESULTADOS

Dos estudantes beneficiados pela assistência estudantil da UFRPE que responderam ao questionário, 53,66% é do sexo feminino. E os estudantes com faixa etária entre 18 a 21 anos são maioria e somam 46,34% do total de estudantes da pesquisa.

No que diz respeito à forma de ingresso, 91,46% dos estudantes pesquisados ingressou na universidade pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Quanto ao tipo de escola que o estudante realizou o ensino médio, verificou-se que 85,37% cursou o ensino médio em escola pública.

Quanto à cor e raça, 40,24% dos estudantes declaram-se pardos, 30,49% pretos, 24,39% brancos, 2,4% amarelos, 1,2% indígenas e 1,2% nenhuma das respostas. Quanto à essa questão, estudos vem apresentando uma significativa mudança no perfil dos estudantes de graduação das universidades públicas no Brasil, principalmente, a partir da adoção do ENEM como forma de acesso e da implementação da Lei de Cotas. Os dados tem revelado que negros e pardos juntos correspondem a 47,5% do total de estudantes das instituições brasileiras de ensino superior público, e que dois terços desses estudantes são oriundos de famílias com renda mensal de até um salário mínimo e meio (ANDIFES, 2018)⁴⁸.

No que diz respeito à renda mensal da família, 60,98% tem renda mensal de até 1 salário mínimo, estando abaixo do limite estipulado pelo PNAES que é de um salário mínimo e meio. Seguindo de 32,93% com renda de 2 salários mínimos, 3,7% tem 3 salários e 2,4% tem 4 salários mínimos.

Dessa forma, é possível perceber que a maioria dos pesquisados vive com uma renda muito abaixo do salário necessário para o atendimento das suas necessidades básicas, inclusive, abaixo também do critério de renda estipulado pelo PNAES. Portanto, é um cenário que repercute no contexto educacional, pois “toda situação de pobreza estrutural ou de intensificação desta, inevitavelmente, exercerá impacto sobre o sistema escolar, questionando, interferindo e fragilizando as condições para o exercício do direito à educação” (GENTILI, 2009, p. 1065).

⁴⁸ Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf>

No que diz respeito à contribuição da assistência estudantil para a permanência do estudante na universidade, 84,1% dos pesquisados afirmaram que a assistência estudantil da UFRPE contribui muito para a sua permanência na universidade. Esse dado revela a importância da política para a permanência da maioria dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

Quanto à avaliação da Política de Assistência Estudantil da UFRPE pelos estudantes pesquisados, a maioria 47,6% respondeu que considera a política boa, seguido de 28% muito boa e 20,7% aceitável. Esse resultado evidencia que a grande maioria avalia positivamente a política.

Quando perguntado sobre como concluiria o curso caso perdesse o benefício da assistência estudantil, 48,8% dos pesquisados responderam que desistiriam do curso, seguido de 41,5% que buscariam outra fonte de renda e 24,4% que buscariam ajuda da família. Esse dado revela que o benefício é determinante para a permanência desses estudantes, e também, corrobora a questão referente à contribuição para a permanência, revelando a importância da política para a permanência do aluno na universidade e conclusão do curso.

Na questão que pergunta se o benefício é suficiente para suprir as necessidades acadêmicas dos estudantes, 43,9% respondeu às vezes, seguido de 32,9% que respondeu nunca e 23,2% que respondeu geralmente. É possível observar que a política contribui para a permanência e conclusão dos estudos na universidade, mas possui fragilidades, visto que se apresenta como insuficiente no que diz respeito ao valor dos benefícios.

CONCLUSÕES

O estudo revelou que a maioria dos estudantes avalia como boa a política de assistência estudantil da UFRPE, assim como, afirma que a assistência estudantil contribui muito para a sua permanência na universidade. Contudo, também revela algumas situações que precisam ser reavaliadas e melhoradas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010.

FONAPRACE. Fórum Nacional De Pró-Reitores De Assuntos Comunitários E Estudantis - **Revista Comemorativa: 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Minas Gerais: UFU – PROEX, 2012.

GENTILI, P. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1059-1079, set/dez 2009.

MOTA, R. PROUNI: Porta aberta para a inclusão social. **Revista PROUNI**, Ministério da Educação (MEC), ed. 01, p. 6-7, 2008

SILVA JR, J. R.; SGUISSARDI, V. A educação superior privada no Brasil: novos traços de identidade. In: SGUISSARDI, V. (Org.). **Educação superior: velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2000.